



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 112ª REUNIÃO

Data: 12 de junho de 2012

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Senhor Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, informando que o Senhor Ministro, Edison Lobão, chegaria no decorrer da reunião, em função de outros compromissos. Agradeceu a presença de todos os membros do Comitê e demais participantes, em especial ao Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel, presente à reunião na condição de convidado.

Em seguida foi submetida à apreciação a ata da 111ª Reunião do CMSE, de 16 de maio de 2012, sendo aprovada por unanimidade, com pequenos ajustes de texto.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento ao SIN para o mês de junho/2012, destacando que no referido mês ainda se observa a transição do La Niña para o El Niño, com previsão de configuração de um El Niño entre os meses de julho e agosto de 2012. Com a configuração do El Niño é esperada precipitação acima da média nas bacias da região Sul e no sul da região Sudeste, abrangendo as bacias do rio Paraná e Tietê. Nas demais bacias do SIN a perspectiva é de precipitação próxima da média.

Informou ainda que no início do presente mês uma frente fria avançou pelo Rio Grande do Sul e permaneceu estacionária em Santa Catarina e no Paraná,

ocasionando elevado volume de precipitação em alguns pontos da bacia do rio Uruguai, na bacia do rio Iguaçu, assim como na bacia do rio Paranapanema e no trecho incremental à UHE Itaipu.

Considerando o cenário de afluições previsto para junho/2012, a estimativa é atingir, no final desse mês, um armazenamento (%EAR_{máx}) de 70,2% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, 63,9% no Nordeste, 60,6% no Sul e 90,7% no Norte. Ressaltou ainda que, segundo a Revisão 2 do Programa Mensal de Operação – PMO de junho/2012, são previstos 6.686 \overline{MW} de geração térmica por ordem de mérito e não é prevista geração térmica por Procedimento Operativo de Curto Prazo – POCP.

Com relação à política de intercâmbios entre regiões, a região Nordeste é importadora de energia e a região Sudeste/Centro-Oeste é exportadora de energia, prioritariamente para a região Sul, cujo recebimento é dimensionado em função do comportamento das afluições na região. Com o término dos vertimentos, a geração da UHE Tucuruí deverá ser dimensionada visando o controle do deplecionamento de seu reservatório ao longo do período seco.

Quanto à carga, a média mensal prevista para junho/2012 no SIN é de 58.303 \overline{MW} , o que representará uma elevação de 4,3% em relação ao mês de junho/2011.

O ONS destacou também a necessidade de manter geração térmica nas usinas Candiota III, Presidente Médici, Jorge Lacerda, Sepé Tiaraju, TermoNorte II e Goiânia II, de modo a prover segurança elétrica às áreas Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre-Rondônia e Goiás-Brasília. Ressaltou, entretanto, que o despacho necessário para as usinas Candiota III, Presidente Médici e Jorge Lacerda são cobertos por suas inflexibilidades.

A ANEEL questionou sobre a necessidade de manter-se geração de base na UTE Rio Acre por segurança elétrica. Após discussão do assunto ficou caracterizado que ainda não houve alteração da rede de transmissão com efeito significativo no atendimento ao Acre, o que só deverá ocorrer com a entrada em operação do Compensador Estático de Rio Branco e do segundo circuito da LT 230 kV Porto Velho – Abunã – Rio Branco, previstos para julho/12 e outubro/2012, respectivamente.

3. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO À REGIÃO SUL

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento à região Sul do Brasil, destacando o comportamento dos valores de recebimento de

energia da região no período recente, bem como os valores de Energia Natural Afluente - ENA e de evolução de armazenamento. Destacou que a partir de 4 de abril de 2012 houve redução no recebimento do Sul em função da elevação das aflúncias na bacia do Iguaçu, sendo necessária a maximização da geração das UHEs G. B. Munhoz e Gov. Ney Braga. Ressaltou ainda que se mantém minimizada a geração das usinas do rio Uruguai, efetuando-se operações de desligamento de usinas. Informou também que a partir do dia 5 de junho de 2012 foi desligada a UTE Araucária.

Destacou que as semelhanças climáticas vêm se repetindo a cada três anos na região Sul e que, conforme solicitação do MME, o ONS está trabalhando no sentido de verificar a possibilidade de passar-se a adotar níveis mínimos de armazenamento por bacia do Sul.

O MME informou que está realizando tratativas junto ao governo argentino visando viabilizar a operação com gás da UTE Uruguaiana.

4. HOMOLOGAÇÃO DOS PARÂMETROS DO PROCEDIMENTO OPERATIVO DE CURTO PRAZO – POCP PARA APLICAÇÃO EM JULHO/2012

O Comitê ratificou o procedimento em vigência atualmente para aplicação no POCP do mês de julho/2012, visando manter o Nível Meta (30 de novembro de 2012) de 23% para a região Nordeste e de 39% para o Sudeste/Centro-Oeste, adotando o segundo pior período úmido do histórico de dezembro a abril.

5. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A SEE/MME apresentou um balanço das obras de expansão de geração e transmissão de energia elétrica.

Com relação aos empreendimentos de geração, foi apresentado que estão sendo monitoradas 361 novas usinas, totalizando 44.622,2 MW, e na sequência foi mostrada uma estatística das datas de tendência das usinas *versus* datas do Ato Legal.

Destacou que 40% dos empreendimentos de geração monitorados encontram-se com datas de tendência dentro do previsto e que no cômputo geral existe um atraso médio de sete meses nas datas previstas para esses empreendimentos.

Foram mostrados também os empreendimentos que entraram em operação comercial após a última reunião do Comitê, com destaque para a unidade geradora 6 da UTE Luís Carlos Prestes, de 63,75 MW, no estado do Mato Grosso do Sul, que possibilita a operação dessa usina em ciclo combinado.

Foi apresentada ainda uma síntese de “compromissos de leilão x atrasos de usinas”, totalizando 3.146,35 $\overline{\text{MW}}$ de energia comercializada em atraso, relativa aos leilões de energia A-5/2005, A-3/2006, A-5/2006, A-3/2007, A-3/2007 FA, A-5/2007, A-3/2008 e Reserva 2008.

Para a transmissão foi apresentado, inicialmente, que estão sendo monitorados 19.143 km de linhas de transmissão e 50.554 MVA de capacidade de transformação e na sequência foi mostrada uma estatística das datas de tendência dos elementos de transmissão *versus* datas do Ato Legal.

Ressaltou que 18% dos cronogramas das linhas de transmissão monitoradas encontram-se com datas de tendência dentro do previsto e que no cômputo geral existe um atraso médio de catorze meses nas datas previstas desses empreendimentos. Com relação aos empreendimentos monitorados de subestações, 44% encontram-se com as datas de tendência dentro do previsto e o atraso médio é de cinco meses.

A ANEEL comentou que, apesar do aumento dos prazos estabelecidos para construção de linhas de transmissão, os mesmos não vêm sendo suficientes em função das exigências ambientais, caracterizando a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o assunto, inclusive envolvendo órgãos ambientais.

Foram apresentados também os empreendimentos que entraram em operação após a última reunião do Comitê, com destaque para a subestação 500/440 kV Araraquara 2 e LTs associadas, que fazem parte do reforço do sistema de transmissão do Sudeste para escoar a geração das usinas do rio Madeira.

6. SITUAÇÃO DAS TÉRMICAS DOS LEILÕES A-3 E A-5 DE 2008

Essa apresentação, a ser feita pela ANEEL, foi retirada de pauta.

7. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS USINAS

As datas de tendência para operação comercial das usinas foram aprovadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal do DMSE de 16 de maio de 2012 e encaminhadas pelo Ofício Circular nº 8/2012-SEE-MME, em 17 de maio de 2012.

8. ATENDIMENTO À PONTA DE CARGA DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

Atendendo à deliberação da 108ª reunião do CMSE, o ONS apresentou a visão de operação para atendimento à demanda máxima do SIN, no curto e médio prazos, considerando, dentre outras premissas, as restrições de potência associadas às condições de controle de tensão da malha de 440 kV (de até 1.400 MW) e o desligamento da fase II da UHE Tucuruí no período seco (da ordem de 4.000 MW).

Foram apresentadas condições observadas de atendimento à demanda instantânea máxima, onde evidenciou-se o aumento do período de ponta em relação ao passado. Informou também que já vem utilizando, em tempo real, parte da reserva girante (cerca de 2,5%), em especial aquela referente ao erro de previsão de carga.

Na visão do Operador, no horizonte até 2016 não foram identificados problemas de capacidade para atendimento à demanda máxima, entretanto, ficou caracterizado que cada vez mais passará a ser necessária a utilização de geração térmica complementar para atendimento à ponta de carga, chegando a até aproximadamente 3.500 MW nesse horizonte. Destacou também, como medida estrutural, que uma análise de sensibilidade indica a possibilidade de prover-se um recurso adicional de oferta hidráulica de até 5.200 MW no referido horizonte, por meio da utilização de poços de UHEs existentes no SIN, que, apesar de não agregarem energia, agregariam potência.

Finalizando, o Operador destacou que, em se consolidando essa forma de operar, há necessidade de ocorrer desdobramentos regulatórios, discutindo-se a metodologia, de forma que essa geração térmica adicional não vire encargo.

Houve amplo debate entre os presentes sobre a apresentação e, dentre outros aspectos, foi ressaltado pela CCEE e EPE que o gerenciamento da demanda poderia ter um papel importante nesse cenário.

Finalizando, a SecEx/MME destacou a importância dessa apresentação do ONS e daquela realizada pela EPE na 109ª reunião do Comitê, principalmente para subsidiar a avaliação dos próximos leilões, em especial considerando os grandes eventos que o Brasil vai sediar, e informou que o MME convocará uma reunião específica para consolidar o que foi tratado.

9. GRUPO DE TRABALHO PARA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS 2016

A SEE/MME apresentou uma minuta de portaria que instituirá um Grupo de Trabalho que tem por objetivo conduzir a realização das atividades necessárias à elaboração do Plano de Ação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro, bem como acompanhar a sua implementação.

Em sua estrutura o GT será composto pelos seguintes membros: MME, que o coordenará, EPE, ONS, ANEEL, Empresas de distribuição com áreas de concessão envolvendo o estado do Rio de Janeiro, Empresas de transmissão proprietárias de instalações com impacto no suprimento elétrico ao estado do Rio de Janeiro, Autoridade Pública Olímpica – APO e Secretaria de Energia do Rio de Janeiro.

10. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUÇÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

Essa apresentação não foi realizada.

11. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE informou que a Liquidação Financeira de abril/2012, ocorrerá somente no dia 13 de junho de 2012, e que, com base nas garantias aportadas até o dia 11 de junho de 2012, data limite para aporte das garantias, pode-se prever que a inadimplência será de no máximo 3,11%, equivalente a R\$ 28,3 milhões. Destacou, entretanto, haver a possibilidade de que até a data efetiva da liquidação, 13 de junho, seja pago montante adicional da ordem de R\$ 18 milhões, o que reduziria essa inadimplência para 1,14%.

12. ASSUNTOS GERAIS

12.1. Em resposta ao questionamento do Senhor Ministro sobre notícias vinculadas na imprensa de haver sobrecontratação no mercado de energia elétrica, a ANEEL informou que de fato existe um mercado de carga que não se verificou, mas que por outro lado existe também um conjunto de usinas de leilão que não vão entrar no devido prazo. Após ampla discussão pelos membros do Comitê ficou caracterizado que a reportagem foi imprópria, pois apresentou dados inconsistentes.

O Senhor Ministro recomendou que as empresas se manifestassem, visando corrigir as informações veiculadas.

12.2. Atendendo à resolução CNPE N° 1/2012, que determina que o montante máximo de energia de devolução para suprimento à Argentina e ao Uruguai deverá ser definido pelo CMSE, e considerando a Nota Técnica ONS N° 089/2012, que ratifica a proposta definida em 2008, foi aprovado o montante máximo de 500 $\overline{\text{MW}}$ a ser disponibilizado à Argentina e ao Uruguai, no período de 2012 a 2014, caracterizada como modalidade de energia elétrica interruptível, com necessidade de devolução.

12.3. A SPE/MME apresentou uma síntese dos trabalhos do GT Amapá Subtransmissão. Esse Grupo, composto por representantes do MME, que o coordenou, EPE, ONS, Eletrobras, Eletronorte e CEA, teve por objetivo avaliar e definir as obras de subtransmissão necessárias para o Amapá no período de 2013 a 2018, com foco principal nas obras prioritárias para 2013, a fim de viabilizar a integração do estado ao SIN, prevista para maio/2013, com a entrada em operação da interligação Tucuruí - Macapá - Manaus.

Foi apresentado o Plano de Obras para todo o horizonte, com destaque para as seguintes obras necessárias à integração ao SIN, em maio/2013: LT 69 kV Macapá (Isolux) – Macapá II, com 6,5 km, LT 69 kV Macapá (Isolux) – Santa Rita, com 11,5 km, e LT 69 kV Macapá (Isolux) – Santana, com 16,5 km. Dado o prazo exíguo para execução das obras, foi considerada uma configuração provisória onde serão utilizadas entradas de linhas existentes para conexão dessas LTs. Foi ressaltada também a necessidade da definição e implantação de um Sistema Especial de Proteção – SEP para alívio automático de carga, quando de emergências de linhas de 69 kV. Destacou ainda que foi realizado um trabalho de campo para levantamento preliminar do traçado dessas linhas, sem que tenham sido identificados óbices para essa construção.

Finalizando a apresentação, a SPE/MME mostrou uma estimativa do custeamento total do Plano de Obras (R\$ 113 milhões), destacando que o investimento previsto para as obras necessárias para o ano de 2013 é da ordem de R\$ 20 milhões.

- 12.4.** O Senhor Ministro deu boas-vindas ao Sr. Francisco Arteiro, Diretor do ONS, e registrou a presença do Sr. Reginaldo Medeiros, Presidente da Abraceel, convidado para participar da reunião.

A Abraceel agradeceu a participação e disse que não só a Abraceel como as demais associações veem com bons olhos a participação neste fórum, em especial para trazer propostas do mercado.

- 12.5.** Por fim, a CCEE informou que recentemente, em parceria com a Escola Nacional da Magistratura, ministrou um curso sobre o setor elétrico brasileiro para a magistratura com a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O curso, que contou com a presença de desembargadores e juízes federais e estaduais, foi avaliado como extremamente positivo pelos participantes.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Guilherme Silva de Godoi	MME
Domingos Romeu Andreatta	MME
Marcelo Meirinho Caetano	ANP
Reginaldo Medeiros	ABRACEEL
Valter Luiz Cardeal	ELETROBRAS
Francisco Arteiro	ONS
Hermes J. Chipp	ONS
Renato Dalla Lana	MME
Marcos Aurélio Madureira da Silva	ELETROBRAS
Nélisson Sérgio Hoewell	ELETROBRAS
José Carlos de Miranda Farias	EPE
Maurício Tolmasquim	EPE
Marco Antônio M. Almeida	MME
Ricardo S. Homrich	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Symone C. S. Araújo	MME
Roberto Pereira Caldas	CEPEL
Rui Guilherme A. Silva	ANEEL
Alessandro D'Afonseca Cantarino	ANEEL
Francisco Romário Wojcicki	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Altino Ventura Filho	MME
Márcio P. Zimmermann	MME
José Coimbra	MME
Ildo Wilson Grütner	MME
Marina Bott Gonçalves	MME
Nuno Henrique Moura Nunes Brito	MME
Elizeu Pereira Vicente	MME
João Daniel de Andrade Cascalho	MME
José Brito Trabuco	MME